UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS
CAMPUS DE AUGUSTINÓPOLIS - TO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CÉSAR EDUARDO MOURA SOUSA

ACCOUNTABILITY: CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MUNICIPAIS.

AUGUSTINÓPOLIS - TO
2024

CÉSAR EDUARDO MOURA SOUSA

ACCOUNTABILITY: CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MUNICIPAIS.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, como requisito parcial para a avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II.

ORIENTADOR: Prof.ª. Me. Valdenês Pacheco Barbosa

AUGUSTINÓPOLIS - TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins

S725a

SOUSA, César Eduardo Moura
ACCOUNTABILITY: CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MUNICIPAIS.. César Eduardo Moura Sousa. - Augustinópolis, TO, 2024

Monografia Graduação - Universidade Estadual do Tocantins – Câmpus Universitário de Augustinópolis - Curso de Ciências Contábeis, 2024.

Orientador: Prof. Me. Valdenês Pacheco Barbosa

1. Accountability.. 2. Conformidade.. 3. Transparência.. 4. Demonstrações contábeis..

CDD 003

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automatica de ficha catalográfica da UNITINS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Administração Acadêmica

CÉSAR EDUARDO MOURA SOUSA

ACCOUNTABILITY: CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MUNICIPAIS.

Aprovado em: 05 / 12 / 2024

Andréa Pereira da Conceição
Prof.ª (examinadora) Andrea Pereira da Conceição - UNITINS
Me. em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté (UNITAU)

Raquel Batista dos Santos
Prof.ª (examinadora) Raquel Batista dos Santos - UNITINS
Me. em Ciências Ambientais – Universidade de Taubaté (UNITAU)

Presidente de Orientação:

Valdenês Pacheco Barbosa
Prof. (orientador) Valdenês Pacheco Barbosa - UNITINS
Me. em Ciências Contábeis – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Conceito Final: Aprovado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) - Municípios do Bico do Papagaio (Tocantins) 26
Tabela 2 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 88 e 95 da NBC TSP 11. 27
Tabela 3 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 102, 103, 104, 108 e 109 da NBC TSP 11 30
Tabela 4 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 118 e 119 da NBC TSP 11. 33
Tabela 5 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 126 da NBC TSP 11. 35
Tabela 6 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 127, 128 e 132 da NBC TSP 11. 36
Tabela 7 - Análise descritiva da aderência aos parâmetros normativos da divulgação da NBC TSP 11 38
Tabela 8 - Índice de conformidade das demonstrações contábeis – NBC TSP 11 39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - 2024.....18
Quadro 2 - Critérios do item 88 e 95 da norma NBC TSP 11, para análise da conformidade do Balanço Patrimonial 27
Quadro 3 - Critérios do item 102, 103, 104, 108 e 109 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração das Variações Patrimoniais.....29
Quadro 4 - Critérios do item 118, 119 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 32
Quadro 5 - Critérios do item 126 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração do Fluxo de Caixa.....34
Quadro 6 - Critérios do item 127, 128, 132 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade com as Notas Explicativas.....36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BF - Balanço Financeiro.

BO - Balanço Orçamentário.

BP - Balanço Patrimonial.

CASP - Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

DCASP - As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

GRC - Governança, gestão de riscos e integridade.

IPCs - Instruções de Procedimentos Contábeis.

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

MP - Ministério Público.

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade.

NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NE – Notas Explicativas.

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIPCP - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

TCE - Tribunal de Contas do Estado.

TCU - Tribunal de Contas da União.

UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins.

RESUMO

As concepções de controle e accountability estão intimamente ligadas à avaliação e divulgação dos resultados e informações provenientes dos órgãos públicos. Essa associação é comparada à institucionalização dos dispositivos de participação, indicando que a prestação de contas e a responsabilidade estão interligadas à transparência. Considerando o debate sobre a conformidade das demonstrações contábeis, a seguir cabe o seguinte problema de pesquisa: Qual é o nível de conformidade das demonstrações contábeis das prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público? O objeto da pesquisa são as demonstrações contábeis e prestação de contas. O objetivo geral da pesquisa é analisar o nível de conformidade das demonstrações contábeis das prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins. A pesquisa em questão é de cunho bibliográfico, com caráter exploratório, natureza aplicada e abordagem quantitativa, que proporcionou uma visão abrangente do tema abordado. Em suma, o trabalho sobre conformidade das demonstrações contábeis municipais no extremo norte do Tocantins não apenas visa diagnosticar problemas, mas também propõe soluções e promove um debate essencial sobre como melhorar a transparência e a gestão dos recursos públicos nessa região específica, impactando positivamente a governança e o desenvolvimento local. A análise dos dados apresentados revelou que, embora haja um ótimo nível de conformidade em algumas demonstrações contábeis como as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE), com índices de conformidade acima de 70%, ainda há espaço para melhoria na qualidade da informação contábil em algumas das cidades do Bico do Papagaio, principalmente no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido (DMPL), com índices de conformidade abaixo de 50%. A maioria dos municípios obteve índice 1 em dois indicadores, indicando alto cumprimento dos padrões NBC TSP 11 e registro adequado das variações patrimoniais e fluxos de caixa. Contudo, a conformidade com o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE) varia mais entre os municípios, refletindo fatores como complexidade da gestão contábil, qualificação dos profissionais e disponibilidade de recursos.

Palavras-chave: Accountability. Conformidade. Demonstrações contábeis.

ABSTRACT

The concepts of control and accountability are intimately linked to the evaluation and disclosure of results and information from public bodies. This association is likened to the institutionalization of two participation devices, indicating that accountability and accountability are interrelated to transparency. Considering the debate on the conformity of accounting demonstrations, the following research problem remains: What is the level of conformity of accounting demonstrations in the municipal prefectures of the northern end of Tocantins? The object of the search are the accounting demonstrations and the performance of accounts. The general objective of the research is to analyze the level of conformity of the accounting demonstrations of the municipal prefectures of the northern end of Tocantins. The research in this case is of a bibliographic nature, with exploratory character, applied nature and quantitative approach, which provided a comprehensive view of the subject addressed. In sum, the work on conformity of municipal accounting demonstrations in the far north of Tocantins not only diagnoses problems, but also proposes solutions and promotes an essential debate on how to improve transparency and accountability. specific, positively impacting local governance and development. The analysis of two datasets presented revealed that, there is still a good level of conformity in some accounting indicators such as Asset Variance Indicators (DFPs), Cash Flow Indicators (CFCs) and Explanatory Notes (NEs). 70%, there is still room for improvement in the quality of accounting information in some of the Parrot Beak cities, mainly in the Asset Balance Sheet (BP) and the Demonstration of Changes in Liquid Assets (DMPL), with compliance indices below 50%. Most of the two municipalities score index 1 in two indicators, indicating high compliance of both NBC TSP 11 and adequate recording of asset variations and cash flows. Accordingly, in accordance with the Balance Sheet (BBA), Demonstration of Changes in Liquid Assets (WMPL) and Explanatory Notes (NE) varies more between municipalities, reflecting factors such as complexity of accounting management, retraining skills available.

Keywords: Accountability. Conformity. Accounting statements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 REVISÃO DA LITERATURA 11

2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO 11

2.1.1 Balanço Orçamentário 12

2.1.2 Balanço Financeiro 13

2.1.3 Balanço Patrimonial 14

2.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais 15

2.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa 16

2.1.6 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 16

2.1.7 Notas Explicativas 17

2.2 TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL SOB O VIÉS CONTÁBIL 17

2.3 CONFORMIDADE DO *DISCLOUSURE* NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO 20

2.4 UM OLHAR SOBRE *ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL 20

2.5 ESTUDOS NACIONAIS SOBRE *ACCOUNTABILITY* NO SETOR PÚBLICO 21

3 METODOLOGIA 23

3.1 NATUREZA DA ABORDAGEM 23

3.2 TIPO DE PESQUISA 23

3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS 24

3.4 PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 24

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 26

4.1 CONFORMIDADE CONTÁBIL DO BALANÇO PATRIMONIAL 26

4.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 29

4.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31

4.4 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) 34
4.5 CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS NOTAS EXPLICATIVAS 35
4.6 ADERÊNCIA AOS PARÂMETROS NORMATIVOS PARA O RECONHECIMENTO DOS ATIVOS IMOBILIZADOS 38
4.7 ÍNDICE DE CONFORMIDADE CONTÁBIL 39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 42
REFERÊNCIAS 44

1 INTRODUÇÃO

De maneira semelhante ao que ocorre no setor privado, sobre o desempenho dos entes públicos se busca uma harmonização das normas de contabilidade para fornecer informações úteis aos usuários. No entanto, no setor público, é necessário analisar aspectos relacionados ao orçamento, à economia, às finanças e ao patrimônio, bem como suas mudanças. Tudo isso com o objetivo de apoiar a tomada de decisão e a prestação de contas na aplicação dos recursos públicos, uma vez que o sucesso da gestão pública não é medido pelo lucro, mas sim pelo desenvolvimento do bem-estar social. (Castro, 2016).

As demonstrações contábeis do setor público são as principais peças utilizadas na prestação de contas, a plenitude de sua divulgação permite que a sociedade exerça o controle social sobre a atuação governamental, como da aplicação de recursos e políticas públicas. No entanto, a revisão de estudos apresenta possíveis evidências da falta de conformidade contábil das demonstrações aplicadas ao setor público em relação às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a nível de conformidade das demonstrações contábeis municipais e tem por objeto de pesquisa as demonstrações contábeis e prestação de contas.

A relevância social desta pesquisa evidencia-se devido a carência de material científico sobre os instrumentos de transparência e prestação de contas no setor público. Alguns trabalhos se assemelham a este, como: (Machado; Theóphilo, 2023 e Souza, 2018). No entanto, as pesquisas não abrangem os aspectos locais da gestão pública na Microrregião do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins, como também não aprofundam por meio de indicadores os níveis de conformidade dos demonstrativos com as atuais normas convergidas aos padrões internacionais de contabilidade.

Diante disso, a partir do momento que a prestação de contas passar a possibilitar aos usuários informações relevantes, neutras e sem vícios, também irá fornecer à sociedade meios para a instrumentalização do controle social. Isso apenas será possível com bons níveis de conformidade contábil com os princípios e bases formais, o que garante segurança normativa reduzindo a assimetria informacional. Desta forma, a pesquisa produz efeitos sociais positivos, visto que fornece material de suporte científico sobre a qualidade das demonstrações contábeis do setor público, disponibilizando importantes contribuições para o exercício do controle social, como também novas evidências para a comunidade científica.

Nesse sentido, o estudo de Medeiros e Xavier Junior (2019) destaca que a principal dificuldade é encontrar as informações necessárias nos portais da transparência, além da falta de divulgação de todos os demonstrativos contábeis obrigatórios, assim impossibilitando uma análise mais abrangente da atuação pública.

Considerando o debate sobre a conformidade das demonstrações contábeis, a pesquisa busca responder o seguinte problema: Qual é o nível de conformidade das demonstrações contábeis das prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Tem como hipótese primária o pressuposto de que a maior parte das demonstrações contábeis das prefeituras do extremo norte do Tocantins não apresenta níveis adequados de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público. E como hipótese secundária, a ausência de sistemas informatizados, treinamento insuficiente e falta de pessoal qualificado, impactando negativamente a conformidade das demonstrações.

O objetivo geral é analisar o nível de conformidade das demonstrações contábeis das prefeituras municipais do extremo norte do Tocantins. E os objetivos específicos envolvem identificar e coletar as prestações de contas das prefeituras municipais do extremo norte do estado do Tocantins. Como também, criar um índice de conformidade contábil das demonstrações contábeis com base nas exigências normativas. E ainda mensurar a evidenciação das informações contidas nas demonstrações contábeis em relação ao que determina as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP e demais normas aplicáveis a contabilidade pública.

Em relação ao problema de pesquisa, houve resposta satisfatória, pois foi possível mensurar o nível de conformidade das demonstrações contábeis da amostra investigada em relação aos critérios de divulgação da legislação vigente. Os resultados demonstram a falta de conformidade principalmente dentro do balanço patrimonial onde foi divulgado através do índice de conformidade que nenhuma das dez cidades selecionadas apresentaram conformidade em seu balanço patrimonial superior a 40%.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Conforme a NBCTSP 11 (2018), as demonstrações financeiras de propósito geral (doravante chamadas de demonstrações contábeis) são destinadas a atender às demandas de informação de usuários que não têm a capacidade de requerer relatórios elaborados para suprir suas necessidades específicas.

Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, legisladores, credores, fornecedores, mídia e funcionários, entre outros. Essas demonstrações contábeis podem ser apresentadas separadamente ou incorporadas em outro documento público, como o relatório anual. Contudo, essa norma não se aplica às demonstrações contábeis resumidas de períodos intermediários. (CFC, 2018).

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2023) através do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) na sua 10ª edição, define que as "demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade".

Demonstrações contábeis são relatórios que esclarecem todo o fluxo de informações relativas ao setor financeiro e contábil de uma entidade em um determinado período de tempo. Esses documentos apresentam múltiplos indicadores de desempenho do negócio, permitindo compreender profundamente o cenário econômico em que a empresa está inserida.

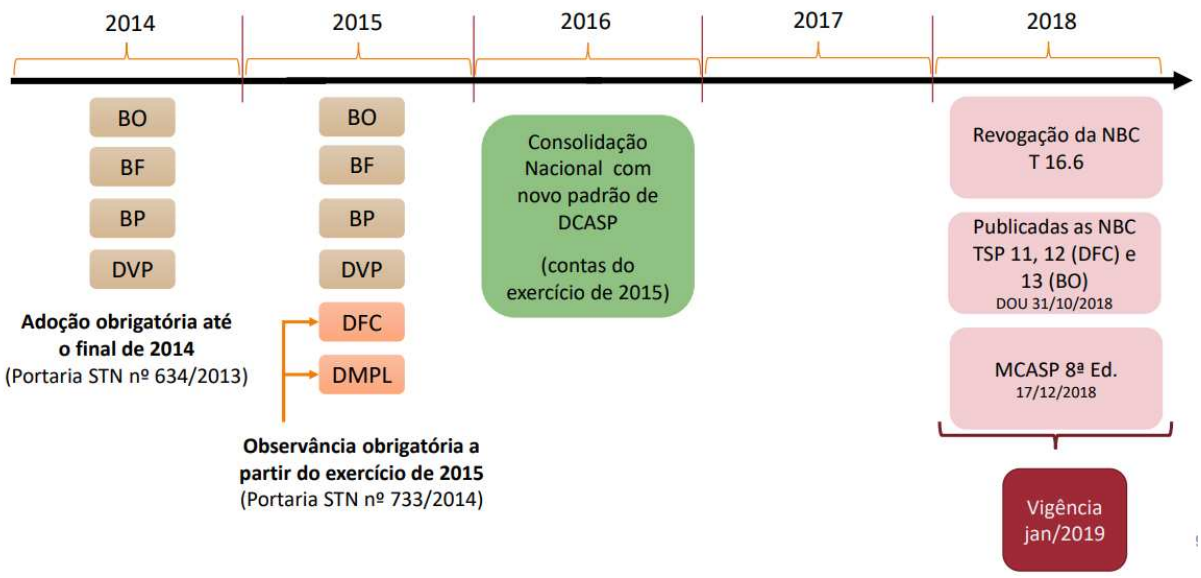
Basicamente, as demonstrações contábeis são uma representação monetária padronizada do patrimônio, detalhando todas as transações contábeis ocorridas no período escolhido. Elas são essenciais para a transparência da situação econômica do empreendimento e também servem como instrumento estratégico para a gestão por indicadores.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com o objetivo de retratar a saúde financeira. Elas são relatórios de saída para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. A estrutura das DCASP está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, que foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade. (Antunes, 2014).

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN). Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e Notas Explicativas. (Ministério da Economia, 2020).

Figura 1 - Cronograma de Implantação das DCASP.



Fonte: Tesouro Nacional - Secofem, (2020, p. 9).

2.1.1 Balanço Orçamentário

As Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs) são diretrizes estabelecidas pelo Tesouro Nacional para a elaboração das demonstrações contábeis no setor público. Elas têm como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e são obrigatórias para a

União, estados e o Distrito Federal. IPC 07 define a metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário. (Ministério da Fazenda, 2020).

O Balanço Orçamentário (BO), conforme estabelecido pelo artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, apresenta as receitas e despesas previstas em comparação com as efetivamente realizadas. (Brasil, 1964). Além da IPC 07 e da Lei 4.320/1964, é utilizado como base para construção desse balanço a NBC TSP 13, que trata da Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis no contexto do setor público. Essa norma estabelece diretrizes para evidenciar a comparação entre os valores orçados e os valores realizados decorrentes da execução do orçamento. (Silva, 2018).

O Balanço Orçamentário apresenta detalhadamente as receitas por categoria econômica e origem, incluindo a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que representa o excesso ou déficit de arrecadação. Além disso, demonstra as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (Medeiros; Junior, 2019).

A elaboração do BO é realizada com base nas classes 5 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e 6 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Além disso, ele é composto por três quadros: o Quadro Principal, o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. (MCASP, 2023).

2.1.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia receitas, despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, juntamente com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu a IPC 06 como instrumento de apoio metodológico na elaboração desse balanço. (MCASP, 2023).

As mudanças nas estruturas das demonstrações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade, levaram a uma nova estrutura para registro e captura das informações contábeis. O BF agora inclui informações não apenas dos registros orçamentários, mas também dos registros contábeis de natureza patrimonial e de controle.

O objetivo principal do BF é evidenciar as movimentações financeiras que afetam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, permitindo a apuração do resultado

financeiro. Essa informação difere da apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, que é apresentada no Balanço Patrimonial. (Ministério da Fazenda, 2020).

O Balanço Financeiro (BF) é elaborado utilizando as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP, 2023):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte.
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente.
- Classe 5 (orçamento aprovado) para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964.
- Classe 6 (execução do orçamento) para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária, bem como pagamento de restos a pagar.

2.1.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um relatório contábil que apresenta a situação financeira e patrimonial de uma entidade pública. Ele destaca os ativos, passivos e atos potenciais, registrados em contas de compensação. (MCASP, 2023).

A IPC 04 apresenta aos entes públicos toda a metodologia a ser adotada na elaboração do Balanço patrimonial. A Lei nº 4.320/1964 classifica o ativo e o passivo em grupos Financeiro e Permanente, dependendo da necessidade de autorização legislativa ou orçamentária para sua realização.

Atualmente, o Balanço Patrimonial inclui o Quadro Principal, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, o Quadro das Contas de Compensação e o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Além disso, o Balanço Patrimonial proporciona uma visão clara da posição financeira da entidade em um momento específico, permitindo uma melhor análise de sua saúde financeira e auxiliando na tomada de decisões estratégicas. Ele ajuda na identificação de tendências e na avaliação de desempenho ao longo do tempo.

A transparência e a precisão do Balanço Patrimonial são cruciais para a credibilidade da administração pública. Erros ou omissões podem levar a interpretações incorretas sobre a

situação financeira da entidade, afetando a confiança dos stakeholders, incluindo cidadãos, fornecedores e órgãos reguladores.

Outro aspecto importante do Balanço Patrimonial é a sua capacidade de evidenciar a responsabilidade fiscal dos gestores públicos. Por meio dele, é possível verificar se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente e se as obrigações financeiras estão sendo cumpridas conforme os preceitos legais.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade pública, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), visa harmonizar as práticas contábeis e melhorar a comparabilidade e transparência das informações financeiras. Isso contribui para uma gestão pública mais eficiente e para a promoção da accountability.

2.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as mudanças no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, e apresenta o resultado patrimonial do período. Esse resultado é calculado comparando as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, que compõem o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

Enquanto a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no setor privado avalia o lucro ou prejuízo líquido como indicador de desempenho, a DVP no setor público mede as alterações quantitativas nos elementos patrimoniais. O foco não é o lucro, mas sim o impacto das políticas adotadas no serviço público.

A DVP utiliza as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Itens como receita (aumentativas) e despesa (diminutivas) são incluídos na demonstração. Os valores de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) não devem ser compensados, a menos que normas específicas exijam ou permitam.

Se a DVP abrange apenas contas de um órgão, entidade ou empresa pública, não há exclusão das contas intraorçamentárias. No entanto, para fins de consolidação das demonstrações contábeis, contas intraorçamentárias devem ser excluídas no âmbito de cada ente. (MCASP, 2023).

2.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) registra as entradas e saídas de numerários em espécie ou depósitos bancários no caixa de uma entidade. Ela classifica esses fluxos em operacionais, de investimento e de financiamento. Além disso, a DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC permite avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e como esses recursos foram utilizados. Essas informações são úteis para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. A IPC 08 é o documento que traz a metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência. Ela classifica os fluxos em operacionais, de investimento e de financiamento. (MCASP, 2023).

A DFC é composta por vários quadros, incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida. Essa demonstração é fundamental para entender a movimentação financeira de uma entidade e tomar decisões informadas.

2.1.6 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a variação do patrimônio líquido de uma entidade ao longo de um período. Essa variação inclui o resultado do período, outras receitas e despesas diretamente reconhecidas no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado), além de contribuições e distribuições aos proprietários.

A DMPL apresenta diversos itens, como o resultado do período, receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido (por exemplo, reavaliação e ganhos), ajustes de exercícios anteriores, destinação do resultado (como constituição de reservas e distribuição de dividendos) e transações de capital com os proprietários (como aumento de capital e aquisição/venda de ações).

A DMPL é obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas como sociedades anônimas e facultativa para outros órgãos e entidades dos entes da Federação. Além

disso, ela complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para elaborar a DMPL, utiliza-se o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). O preenchimento das células do quadro deve combinar critérios informados nas colunas e linhas, com dados extraídos de contas de controle ou outras fontes definidas pelo ente. (MCASP, 2023).

2.1.7 Notas Explicativas

As notas explicativas são informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e constituem parte integrante dessas demonstrações. Seu propósito é tornar mais acessível a compreensão das demonstrações contábeis para diversos usuários. Portanto, essas notas devem ser redigidas de maneira clara, concisa e objetiva.

As notas explicativas abrangem informações de diversas naturezas, incluindo aquelas exigidas por lei, normas contábeis e outras informações relevantes que não estejam suficientemente evidenciadas ou que não constem diretamente nas demonstrações. Para garantir organização, cada quadro ou item ao qual uma nota explicativa se relaciona deve ter uma referência cruzada correspondente.

Para facilitar a comparação das DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sigam a seguinte ordem: Informações gerais, resumo das políticas contábeis significativas e outras informações relevantes. (MCASP, 2023).

2.2 TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL SOB O VIÉS CONTÁBIL

A transparência implica na disponibilidade de informações governamentais de forma clara, compreensível e acessível ao público em geral. Esse conceito vai além da mera divulgação de dados brutos; envolve tornar essas informações significativas e relevantes para os cidadãos. Promover a transparência e facilitar o acesso à informação são fundamentais para modernizar e sofisticar a administração. (Câmara, 2023).

É relevante destacar que órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público (MP), consideram a aplicabilidade dos mecanismos de transparência no setor público como eficaz no combate à corrupção.

Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados (principalmente pela tributação e outras transações sem contraprestação) e da dependência dos usuários dos serviços no longo prazo. (CFC, 2016).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desempenha um papel fundamental na aplicabilidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP) no setor público, contribuindo diretamente para a efetivação da transparência. As NBC TSP são normas que regulamentam a contabilidade aplicada ao setor público no Brasil, buscando padronizar procedimentos contábeis, promover a transparência na gestão dos recursos públicos e fornecer informações claras e compreensíveis para os usuários das demonstrações contábeis.

Quadro 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - 2024

NBC	RESOLUÇÃO CFC	NOME DA NORMA	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26

NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento.	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais.	IPSAS 42
NBC TSP 30	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Apresentação.	IPSAS 28
NBC TSP 31	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	IPSAS 41
NBC TSP 32	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de *Hedge* - Aplicação Residual).	IPSAS 29

NBC TSP 33	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Divulgações.	IPSAS 30
NBC TSP 34	DOU 10/12/21	Custos no Setor Público.	não há
CTSP 01	DOU 25/05/23	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	não há

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2024).

2.3 CONFORMIDADE DO *DISCLOUSURE* NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

No contexto das etapas do processo contábil, que incluem reconhecimento, mensuração e evidenciação, a evidenciação (ou *disclosure*) é a fase em que os administradores têm maior margem de discricionariedade (Alencar, 2007; Lopes & Martins, 2005).

No entanto, é importante ressaltar que o *disclosure* não se limita à mera divulgação de informações. Para que uma informação seja divulgada, ela deve ser relevante e útil para os usuários. A relevância está relacionada ao impacto que essa informação pode ter na tomada de decisão pelos usuários. (Souza, 2022).

No âmbito das empresas, o *disclosure* das informações contábeis relevantes é fundamental para avaliar a situação patrimonial e as perspectivas futuras. Essa transparência é vital para alcançar o objetivo da contabilidade (Murcia, 2009). Essa conclusão também se aplica às entidades governamentais. Quando os entes federativos divulgam informações contábeis relevantes à sociedade, aumentam a transparência e possibilitam a avaliação da situação financeira desses entes.

2.4 UM OLHAR SOBRE *ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Segundo Ferreira et. al. (2014), *accountability* é um termo anglo-saxônico, que não possui tradução exata para o português, mas que traz implicitamente a responsabilização pessoal pelos atos praticados e explicitamente a exigente prontidão para a prestação de contas.

No Brasil a prestação de contas é garantida desde a Constituição Federal, segundo a qual deve prestar contas "qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos" (BRASIL, 1988).

O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização *(accountability*) requer também o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.

A prática de accountability na gestão pública municipal é essencial para assegurar a transparência e a confiança da população nos gestores públicos. Transparência na administração pública aumenta a capacidade de fiscalização pela sociedade e pelos órgãos de controle, criando um ambiente onde os gestores públicos são constantemente avaliados e responsabilizados por suas ações.

Além disso, a efetiva implementação de mecanismos de accountability na gestão pública municipal pode levar a uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Isso ocorre porque a prestação de contas regular e a transparência incentivam a adoção de práticas de gestão mais eficazes e econômicas, ao mesmo tempo que desestimulam práticas de corrupção e má administração.

Outro aspecto relevante é o papel da tecnologia na promoção da accountability. Ferramentas digitais, como portais de transparência e sistemas de controle eletrônico, permitem um acompanhamento mais próximo das atividades governamentais pela população. Isso facilita o acesso às informações sobre a gestão pública, permitindo que os cidadãos se tornem mais engajados e participativos no processo de governança.

A educação e a conscientização da população também são fundamentais para a promoção de uma cultura de accountability. Cidadãos bem informados e conscientes dos seus direitos e deveres têm mais condições de cobrar transparência e responsabilidade dos gestores públicos, além de participarem ativamente do controle social das políticas públicas.

Assim, a construção de uma gestão pública municipal baseada em princípios de accountability não só melhora a governança e a eficiência dos serviços públicos, mas também fortalece a democracia e promove o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

2.5 ESTUDOS NACIONAIS SOBRE *ACCOUNTABILITY* NO SETOR PÚBLICO

A accountability no setor público é uma questão crucial para a eficácia e transparência da gestão governamental. Estudos nacionais têm explorado diferentes aspectos desse conceito, desde sua aplicação prática até os desafios enfrentados na implementação de mecanismos eficazes de accountability.

Pesquisas como as realizadas por Vieira e Barreto (2019) destacam a importância da *accountability* para a governança, gestão de riscos e integridade (GRC), que consequentemente, contribuem para o desempenho sustentável das agências públicas e corporativas. Além disso, estudos como o de Martins (2024) analisam o impacto das tecnologias de informação na gestão pública, demonstrando como sistemas e ferramentas integradas de prestação de contas podem

melhorar a eficiência administrativa e reduzir a corrupção. Por outro lado, a pesquisa de Medeiros, Crantschaninov e Silva (2018) buscou identificar como o termo *accountability* tem sido tratado na literatura brasileira, onde na época, foram identificados e analisados 53 artigos, considerando periódicos das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais.

Com base nessas pesquisas, é evidente que a *accountability* no setor público brasileiro é um campo dinâmico, onde avanços significativos estão sendo feitos, mas há ainda muitos obstáculos a serem superados. Futuras pesquisas podem se concentrar na avaliação do impacto dessas medidas na qualidade dos serviços públicos e na percepção da população sobre a governança e a verdadeira cultura do *accountability* que ainda não foi definida nem traduzida para a o português.

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA DA ABORDAGEM

A abordagem quantitativa baseia-se na quantificação para coletar e posteriormente tratar os dados obtidos. Por outro lado, a abordagem qualitativa é empregada quando desejamos descrever nosso objeto de estudo com maior profundidade (Mascarenhas, 2012).

Segundo Lozada e Nunes (2019, p. 133), a pesquisa quantitativa é amplamente aplicável, pois visa descrever significados diretamente através da análise de dados brutos e objetivos. Ela emprega instrumentos de coleta de dados estruturados, como questionários, para capturar informações que são generalizadas de uma amostra para toda uma população estudada.

A pesquisa aplicada visa adquirir conhecimentos com o objetivo de aplicá-los em situações específicas. No enfoque da pesquisa aplicada, ocorrem casos em que o problema da pesquisa faz parte do contexto profissional do pesquisador.

> Por sua vez, a pesquisa aplicada seria voltada à aquisição de entendimentos com o objetivo de aplicá-los a uma situação específica. Muitos autores afirmam que um tipo de pesquisa tende a excluir o outro, pois seus objetivos são bem diferentes. Porém, Gil (2012, p. 27 apud Lozada e Nunes, 2019, p. 132) afirma que a pesquisa aplicada apresenta muitos pontos de aproximação com a pesquisa pura, pois depende "[...] de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento". A diferença é que a pesquisa aplicada se interessa pela aplicação prática dos conhecimentos gerados. (Lozada e Nunes, 2019, p. 132).

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses. Seu planejamento é flexível, considerando diversos aspectos relacionados ao fato ou fenômeno estudado.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Neste item, é apresentada a parte metodológica que foi utilizada para alcançar os objetivos da pesquisa, bem como uma descrição detalhada dos métodos e procedimentos. A pesquisa em questão é de cunho bibliográfico, com caráter exploratório, natureza aplicada e abordagem quantitativa, que proporciona uma visão abrangente do tema abordado.

3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis e buscam determinar a natureza dessas relações. Nesse contexto, temos pesquisas descritivas que se aproximam das pesquisas explicativas. Além disso, há pesquisas que, embora sejam definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam proporcionando uma nova perspectiva sobre o problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa assume um caráter documental. Foi analisado as demonstrações contábeis publicadas pelas cidades do extremo norte do Estado do Tocantins, acessando o portal da transparência dessas cidades, sites institucionais e governamentais e utilizado o método de comparação de itens para verificar o nível de conformidade das demonstrações apresentadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBR TSP do Conselho Federal de Contabilidade, com as IPC's da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público (MCASP) atualizado. Segundo essa abordagem, esse tipo de pesquisa investigou questões que ainda não foram completamente exploradas ou que podem ser redefinidas de acordo com os objetivos específicos de cada estudo.

A pesquisa bibliográfica é baseada em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade inclui uma ampla variedade de materiais impressos, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. No entanto, com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, materiais em outros formatos, como discos, fitas magnéticas, microfilmes, CDs e conteúdo disponibilizado na Internet, também passaram a ser considerados fontes relevantes para a pesquisa bibliográfica.

3.4 PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e análise documental e exemplos que estimulam a compreensão e a comparabilidade dos relatórios contábeis apresentados pelos munícipios estudados.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica envolve o levantamento de referências teóricas previamente analisadas e publicadas em formatos impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites. Todo trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador entender o estado atual do conhecimento sobre o tema.

Algumas pesquisas científicas se concentram exclusivamente nessa abordagem, buscando referências teóricas publicadas para coletar informações ou conhecimentos pré-existentes sobre o problema investigado. Embora seja desafiador rotular os estudos exploratórios, é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e levantamentos de dados como exemplos desse tipo de pesquisa.

A análise comparativa dos portais eletrônicos dos municípios da Microrregião do Estado do Tocantins, com foco na transparência das informações contábeis, administrativas e sociais, revela que a eficácia das medidas de transparência e o engajamento cívico estão diretamente relacionados à disponibilidade e qualidade das informações, bem como às estratégias adotadas por cada município para promover a transparência governamental.

A análise dos dados ocorreu em duas fases distintas. Na primeira fase, foi utilizado o método de análise documental, visando analisar os documentos obtidos e trabalhá-los para demonstrar o nivelamento das demonstrações das entidades conforme as normas contábeis brasileiras, Manuais e instrumentos de procedimento do governo.

Na segunda fase, foi atribuído valores às entidades de acordo com o atendimento aos requisitos exigidos pela norma. Segundo Gollo et al. (2014), serão utilizados os valores 0, 1 e 2 na análise das informações publicadas: 0 quando a entidade não atender o item verificado, 1 quando o item for parcialmente atendido e 2 quando a entidade atender integralmente o item.

Ao final da verificação, os valores obtidos pelas entidades foram somados e classificados como "Ruim" para até 10 pontos, "Bom" para 11 a 23 pontos e "Ótimo" para 24 a 36 pontos. Para a apresentação dos resultados, foi utilizado a estatística descritiva por meio de gráficos. Assim, as pesquisas qualitativas foram distinguidas das quantitativas, principalmente devido à adoção do enfoque interpretativista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa tomou por base as demonstrações contábeis das 10 prefeituras com o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, conforme tabela 1. As demonstrações contábeis dessas prefeituras foram examinadas minuciosamente, a fim de garantir a conformidade com as normas vigentes e identificar possíveis áreas de melhoria na transparência e precisão das informações financeiras apresentadas.

As demonstrações contábeis Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE) foram coletadas no portal e-contas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), as quais foram examinadas e comparadas com os critérios contábeis de conformidade de divulgação exigida na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) - Municípios do Bico do Papagaio (Tocantins)

POSIÇÃO	CIDADE	PIB
1.	ARAGUATINS	R$ 529.2 MI
2.	XAMBIOÁ	R$ 471.0 MI
3.	TOCANTINÓPOLIS	R$ 372.6 MI
4.	AUGUSTINÓPOLIS	R$ 305.1 MI
5.	SÃO MIGUEL	R$ 255.8 MI
6.	DARCINÓPOLIS	R$ 241.9 MI
7.	WANDERLÂNDIA	R$ 183.4 MI
8.	AGUIARNÓPOLIS	R$ 165.4 MI
9.	BURITI	R$ 161.6 MI
10.	ANANÁS	R$ 159.7 MI

Fonte: Adaptado de IBGE, 2021.

4.1 CONFORMIDADE CONTÁBIL DO BALANÇO PATRIMONIAL

Para embasar a análise da conformidade do Balanço Patrimonial com a NBC TSP 11, foram definidos critérios específicos, os quais são apresentados no Quadro 2. Esses critérios, extraídos dos itens 88 e 95 da norma, servem como parâmetro para avaliar se a demonstração contábil em questão atende aos requisitos estabelecidos pela legislação contábil, permitindo uma análise mais aprofundada dos dados.

Quadro 2 - Critérios do item 88 e 95 da norma NBC TSP 11, para análise da conformidade do Balanço Patrimonial

Critério Contábil (Item 88)	**Informação a ser apresentada no balanço patrimonial**
(a)	Ativo imobilizado;
(b)	Propriedade para investimento;
(c)	Ativo intangível;
(d)	Ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (e), (g), (h) e (i));
(e)	Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
(f)	Estoques;
(g)	Valores a receber de transação sem contraprestação (impostos e transferências);
(h)	Contas a receber de transação com contraprestação;
(i)	Caixa e equivalentes de caixa;
(j)	Tributos e transferências a pagar;
(k)	Contas a pagar oriundas de transação com contraprestação;
(l)	Provisões;
(m)	Passivos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (j), (k) e (l));
(n)	Participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido;
(o)	Patrimônio líquido atribuíveis aos proprietários da entidade controladora.
Critério Contábil (Item 95)	**Quando a entidade não possui nenhuma parcela de capital representado por ações, ela deve divulgar o patrimônio líquido no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, demonstrando separadamente:**
(a)	O capital integralizado, consistindo no valor total acumulado, na data das demonstrações contábeis, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários;
(b)	Resultados acumulados;
(c)	Reservas, incluindo descrição da natureza e finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido;
(d)	Participação dos não controladores.

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Tabela 2 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 88 e 95 da NBC TSP 11.

Critério Contábil (Item 88)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
Ativo imobilizado	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Propriedade para investimento	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Ativo intangível	0	0	10	0	0	10	0	0	10
Ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (e), (g), (h) e (i));	10	0	0	10	0	0	10	0	0

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Estoques;	0	9	1	0	9	1	0	9	1
Valores a receber de transação sem contraprestação (impostos e transferências);	0	4	6	0	4	6	0	6	4
Contas a receber de transação com contraprestação;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Caixa e equivalentes de caixa;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Tributos e transferências a pagar;	0	7	3	0	5	5	0	3	7
Contas a pagar oriundas de transação com contraprestação;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Provisões;	0	1	9	0	1	9	0	1	9
Passivos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas (j), (k) e (l));	0	9	1	0	9	1	0	9	1
Participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Patrimônio líquido atribuíveis aos proprietários da entidade controladora.	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Critério Contábil (Item 95)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
O capital integralizado, consistindo no valor total acumulado, na data das demonstrações contábeis, das contribuições dos proprietários menos as distribuições aos proprietários;	9	1	0	9	1	0	9	1	0
Resultados acumulados;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Reservas, incluindo descrição da natureza e finalidade de cada reserva dentro do patrimônio líquido;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Participação dos não controladores.	10	0	0	10	0	0	10	0	0

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

Conforme apresentado na Tabela 2, dos 19 critérios contábeis de conformidade relativos ao balanço patrimonial das 10 cidades com maior PIB da região do Bico do Papagaio – TO, apenas 3 critérios atenderam integralmente o padrão exigido e divulgado (PED) pela NBC TSP 11 nos anos de 2021, 2022 e 2023 em todas as cidades. Em 9 critérios, a conformidade não foi observada (PNO) em todas as cidades nos três últimos anos, incluindo o critério de Ativo Intangível, que não foi cumprido por nenhuma prefeitura analisada. Já em 6 critérios, como Estoques; Valores a Receber de Transação sem Contraprestação; Tributos e Transferências a Pagar; Provisões; Passivos Financeiros e Capital Integralizado, pelo menos uma cidade apresentou um padrão diferente das demais prefeituras.

Mesmo com a indicação de ativo intangível na demonstração foi considerado como padrão exigível e não divulgado devido não constar valores. O mesmo não foi atribuído a valores a receber de transferências tributárias.

4.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Para garantir a rigorosidade da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais, foram definidos critérios específicos, baseados nos itens 102, 103, 104, 108 e 109 da NBC TSP 11. Esses critérios, apresentados no Quadro 3, permitem uma avaliação detalhada da conformidade da demonstração com os requisitos da norma, assegurando a qualidade e a confiabilidade das informações contábeis.

Quadro 3 - Critérios do item 102, 103, 104, 108 e 109 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração das Variações Patrimoniais

Critério Contábil (Item 102)	**No mínimo, a demonstração do resultado deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:**
(a)	Receita;
(b)	Despesa;
(c)	Parcela do resultado de coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial;
(d)	Ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e

(e)	Resultado do período.
Critério Contábil (Item 103)	**Os itens a seguir devem ser divulgados na demonstração do resultado como alocações do resultado do período**
(a)	Resultado atribuível aos acionistas não controladores;
(b)	Resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.
Critério Contábil (Item 104)	**Outros itens e contas, títulos e subtotais devem ser apresentados na demonstração do resultado quando tal apresentação for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade.**
Critério Contábil (Item 108)	**A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, o detalhamento do total das receitas, cuja classificação esteja de acordo com as operações da entidade.**
Critério Contábil (Item 109)	**A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, a análise das despesas utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcionar informação que seja fidedigna e mais relevante.**

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Tabela 3 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 102, 103, 104, 108 e 109 da NBC TSP 11.

Critério Contábil (Item 102)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
Receita;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Despesa;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Parcela do resultado de coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Resultado do período.	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Critério Contábil (Item 103)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
Resultado atribuível aos acionistas não controladores;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Resultado atribuível aos acionistas controladores da entidade.	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Critério Contábil (Item 104)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**

A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, o detalhamento do total das receitas, cuja classificação esteja de acordo com as operações da entidade.	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Critério Contábil (Item 108)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, o detalhamento do total das receitas, cuja classificação esteja de acordo com as operações da entidade.	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Critério Contábil (Item 109)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
A entidade deve apresentar, na demonstração do resultado ou nas notas explicativas, a análise das despesas utilizando o detalhamento baseado na sua natureza ou na sua função dentro da entidade, devendo selecionar o critério que proporcionar informação que seja fidedigna e mais relevante.	0	10	0	0	10	0	0	10	0

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

De acordo com a Tabela 3, que se refere à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) das 10 cidades com maior PIB da região do Bico do Papagaio – TO, dos 10 critérios de conformidade avaliados, 7 critérios foram cumpridos integralmente, conforme os padrões exigidos e divulgados (PED) pela NBC TSP 11 em 2021, 2022 e 2023 para todas as cidades. Os 3 critérios restantes não atenderam aos padrões (PNO), uma vez que não foi possível identificar uma exigência para esses critérios em nenhuma das cidades analisadas.

4.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A análise da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, com base nos critérios do item 118 e 119 da NBC TSP 11 (detalhados no Quadro 4), tem como objetivo verificar a

correta apresentação das alterações ocorridas no patrimônio líquido da entidade ao longo do período. Ao avaliar a conformidade com esses critérios, é possível identificar se a demonstração fornece informações claras e completas sobre os fatores que influenciaram as variações no patrimônio líquido, permitindo aos usuários das demonstrações contábeis uma melhor compreensão da situação financeira da entidade.

Quadro 4 - Critérios do item 118, 119 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Critério Contábil (Item 118)	**A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrando:**
(a)	O resultado do período;
(b)	Cada item de receita e de despesa do período que, conforme exigido por outras NBCs TSP, seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o total desses itens;
(c)	O total de receitas e de despesas do período (calculados como a soma das alíneas (a) e (b)), demonstrando separadamente o valor total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o valor correspondente à participação de não controladores;
(d)	Para cada componente do patrimônio líquido divulgado separadamente, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.
Critério Contábil (Item 119)	**A entidade também deve apresentar, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas, as seguintes informações:**
(a)	Os valores das transações com os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade, demonstrando separadamente as distribuições para os proprietários;
(b)	O saldo de resultados acumulados no início do período e na data-base da demonstração e as alterações durante o período;
(c)	Na medida em que componentes do patrimônio líquido são divulgados separadamente, a conciliação entre o valor contábil de cada componente do patrimônio líquido no início e no final do período, divulgando separadamente cada alteração.

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

Tabela 4 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 118 e 119 da NBC TSP 11.

Critério Contábil (Item 118)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
O resultado do período;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Cada item de receita e de despesa do período que, conforme exigido por outras NBCs TSP, seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o total desses itens;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
O total de receitas e de despesas do período (calculados como a soma das alíneas (a) e (b), demonstrando separadamente o valor total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o valor correspondente à participação de não controladores;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Para cada componente do patrimônio líquido divulgado separadamente, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.	10	0	0	10	0	0	10	0	0
Critério Contábil (Item 119)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
Os valores das transações com os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade, demonstrando separadamente as distribuições para os proprietários;	10	0	0	10	0	0	10	0	0
O saldo de resultados acumulados no início do período e na data-base da demonstração e as alterações durante o período;	0	10	0	0	7	3	0	8	2
Na medida em que componentes do patrimônio líquido são divulgados separadamente, a conciliação entre o valor contábil de cada componente do patrimônio líquido no início e no final do período, divulgando separadamente cada alteração.	0	10	0	0	10	0	0	10	0

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

Após a análise das Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) das 10 cidades pesquisadas, constatou-se que, dos 7 critérios de conformidade avaliados, 3 foram cumpridos integralmente nos anos de 2021, 2022 e 2023, conforme os padrões exigidos e divulgados (PED) pela NBC TSP 11 para todas as cidades.

O critério contábil do item 119 (Saldo de resultados acumulados no início do período e na data-base da demonstração e as alterações durante o período) apresentou diferenças nos demonstrativos de 3 cidades em 2022 e em 2 cidades em 2023, não atendendo ao requisito da norma. Os 3 critérios restantes não atenderam aos padrões (PNO), pois não foi possível identificar uma exigência para esses critérios em nenhuma das cidades analisadas.

4.4 CONFORMIDADE CONTÁBIL DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A demonstração do fluxo de caixa, constitui um instrumento fundamental para a análise da capacidade de geração de caixa e das necessidades de utilização desses recursos pelas entidades do setor público. Para tanto, conforme quadro abaixo, serão examinados e revelados na tabela 5, os critérios de avaliação da capacidade de geração de caixa e das necessidades de utilização dos fluxos de caixa, buscando identificar as principais conformidades e publicidade dos critérios exigidos pela norma nas demonstrações analisadas.

Quadro 5 - Critérios do item 126 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade da Demonstração do Fluxo de Caixa

Critério Contábil (Item 126)	**A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis base para avaliar.**
(a)	A capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes
(b)	As necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. A NBC TSP 12 estabelece as exigências para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e divulgações relacionadas.

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Tabela 5 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 126 da NBC TSP 11.

Critério Contábil (Item 126)	2021			2022			2023		
	PNO	PED	PEN	PNO	PED	PEN	PNO	PED	PEN
A capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes.	0	10	0	0	10	0	0	10	0
As necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa.	0	10	0	0	10	0	0	10	0

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

A NBC TSP 12 estabelece as exigências para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e divulgações relacionadas, oferecendo detalhes minuciosos sobre a apresentação e divulgação desta demonstração para as entidades do setor público.

Por outro lado, a NBC TSP 11 exige especificamente apenas dois critérios de divulgação: a capacidade das prefeituras de gerar caixa e a necessidade de utilizar caixa e equivalentes. Conforme destacado na Tabela 5, todos os demonstrativos das cidades analisadas atenderam aos critérios exigidos pela norma em sua totalidade.

4.5 CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS NOTAS EXPLICATIVAS

O Quadro 6 apresenta uma análise detalhada da conformidade das Notas Explicativas com os critérios estabelecidos nos itens 127, 128 e 132 da NBC TSP 11. Esses critérios, que versam sobre a estrutura, a divulgação de políticas contábeis e a identificação de incertezas nas estimativas, respectivamente, são fundamentais para garantir a qualidade e a relevância das informações contidas nas Notas Explicativas.

A avaliação da conformidade com esses critérios permite verificar se as Notas Explicativas atendem aos requisitos da norma e se fornecem aos usuários informações claras, completas e confiáveis.

Quadro 6 - Critérios do item 127, 128, 132 da norma NBC TSP 11 para análise da conformidade com as Notas Explicativas

Critério Contábil (Item 127)	**As notas explicativas devem:**
(a)	Apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 132 a 139;
(b)	Divulgar a informação requerida pelas NBCs TSP que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa;
(c)	Prover informação adicional que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para a compreensão de quaisquer dessas demonstrações contábeis.
Critério Contábil (Item 128)	**As notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração dos fluxos de caixa deve ter referência cruzada entre informações relativas a cada uma dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.**
Critério Contábil (Item 132)	**A entidade deve divulgar no resumo de políticas contábeis significativas:**
(a)	A base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;
(b)	O grau em que a entidade tem aplicado qualquer disposição transitória de qualquer outra norma;
(c)	Outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Tabela 6 - Divulgação do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis do item 127, 128 e 132 da NBC TSP 11.

Critério Contábil (Item 127)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
Apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 132 a 139;	0	9	1	0	9	1	0	9	1
Divulgar a informação requerida pelas NBCs TSP que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na	0	7	3	0	7	3	0	8	2

demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa;									
Prover informação adicional que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa, mas que seja relevante para a compreensão de quaisquer dessas demonstrações contábeis.	0	7	3	0	7	3	0	8	2
Critério Contábil (Item 128)	2021			2022			2023		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
As notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração dos fluxos de caixa deve ter referência cruzada entre informações relativas a cada uma dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.	0	7	3	0	7	3	0	8	2
Critério Contábil (Item 132)	**2021**			**2022**			**2023**		
	PNO	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**	**PNO**	**PED**	**PEN**
A base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;	0	10	0	0	10	0	0	10	0
O grau em que a entidade tem aplicado qualquer disposição transitória de qualquer outra norma; e	0	10	0	0	10	0	0	10	0
Outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.	0	10	0	0	10	0	0	10	0

Fonte: Adaptado da NBC TSP 11 (CFC, 2018).

Legenda:
PNO – Padrão não observado.
PED – Padrão exigido e divulgado.
PEN – Padrão exigido e não divulgado.

A avaliação das Notas Explicativas (NE) das 10 cidades demonstrou que, dos 7 critérios de conformidade estabelecidos pela NBC TSP 11, 3 foram integralmente cumpridos nos três anos analisados, com o Padrão Exigido e Divulgado (PED). Por outro lado, os critérios relacionados aos itens 127 (a, b, c) e 128 apresentaram divergências em relação aos padrões exigidos pela norma em todas as cidades e períodos.

Especificamente, um município não divulgou a informação exigida (PEN) no item 127(a) em todos os anos, enquanto três municípios não atenderam aos requisitos dos itens 127(b), 127(c) e 128 nos anos de 2021 e 2022 e em 2023, apenas dois municípios não divulgou os critérios, evidenciando a necessidade de aprimoramento na divulgação das informações contábeis.

4.6 ADERÊNCIA AOS PARÂMETROS NORMATIVOS PARA O RECONHECIMENTO DOS ATIVOS IMOBILIZADOS

A análise da aderência das prefeituras aos parâmetros normativos da NBC TSP 11 revelou um cenário de conformidade moderada, com pequenas variações entre os municípios. Embora a maioria das prefeituras demonstre um nível de conformidade satisfatório, a análise indicou a existência de oportunidades para melhoria. Fatores como a complexidade da norma, a qualificação dos profissionais e a disponibilidade de recursos podem influenciar significativamente a aderência das prefeituras.

Tabela 7 - Análise descritiva da aderência aos parâmetros normativos da divulgação da NBC TSP 11

PREFEITURAS MUNICIPAIS	2021	2022	2023	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
Araguatins	0,53	0,53	0,58	0,55	0,029	0,53	0,58
Xambioá	0,58	0,56	0,58	0,57	0,012	0,56	0,58
Tocantinópolis	0,51	0,51	0,49	0,50	0,012	0,49	0,51
Augustinópolis	0,60	0,60	0,60	0,60	0,000	0,60	0,60
São Miguel	0,58	0,58	0,60	0,59	0,012	0,58	0,60
Darcinópolis	0,56	0,56	0,56	0,56	0,000	0,56	0,56
Wanderlândia	0,49	0,44	0,44	0,46	0,029	0,44	0,49
Aguiarnópolis	0,56	0,56	0,56	0,56	0,000	0,56	0,56
Buriti	0,56	0,56	0,58	0,57	0,012	0,56	0,58
Ananás	0,62	0,58	0,58	0,59	0,023	0,58	0,62

Fonte: Dados da Pesquisa (2021, 2022 e 2023).

Os índices apresentados na tabela são expressos em forma decimal, variando de 0 a 1. Um índice de 0 representa 0% de aderência, indicando que nenhum dos padrões exigidos foi cumprido. Já um índice de 1 representa 100% de aderência, significando que todos os padrões exigidos pela Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica do Setor Público nº 11 (NBC TSP 11) foram atendidos. A escala decimal facilita a visualização da conformidade das cidades em relação aos critérios estabelecidos, permitindo uma análise mais clara e precisa do grau de cumprimento das normas contábeis.

Com base nesses índices, é possível identificar que a cidade de Augustinópolis apresentou o maior nível médio de aderência nos últimos três anos, entre as 10 cidades pesquisadas. A cidade alcançou um índice de 0,6, o que equivale a 60% de conformidade com todos os critérios contábeis dos cinco demonstrativos analisados. Continuando a análise, a cidade de Wanderlândia apresentou o menor nível de conformidade, com um índice de 0,46, ou seja, 46% de aderência aos critérios contábeis estabelecidos pela NBC TSP 11.

4.7 ÍNDICE DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

O índice de conformidade contábil é uma métrica utilizada para avaliar o grau de aderência das demonstrações contábeis de uma entidade aos princípios e normas contábeis vigentes. Em outras palavras, ele serve para medir se as informações financeiras apresentadas estão corretas, completas e de acordo com os padrões estabelecidos.

Tabela 8 - Índice de conformidade das demonstrações contábeis – NBC TSP 11

PREFEITURA	BP	DVP	DMPL	DFC	NE
ARAGUATINS	0,35	0,70	0,57	1,00	0,71
XAMBIOÁ	0,32	0,70	0,52	1,00	1,00
TOCANTINÓPOLIS	0,30	0,70	0,57	1,00	0,57
AUGUSTINÓPOLIS	0,37	0,70	0,57	1,00	1,00
SÃO MIGUEL	0,33	0,70	0,57	1,00	1,00
DARCINÓPOLIS	0,26	0,70	0,57	1,00	1,00
WANDERLÂNDIA	0,28	0,70	0,48	1,00	0,43
AGUIARNÓPOLIS	0,26	0,70	0,57	1,00	1,00
BURITI	0,28	0,70	0,57	1,00	1,00
ANANÁS	0,39	0,70	0,48	1,00	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2021, 2022 e 2023).

A tabela apresentada demonstra um panorama interessante sobre o nível de conformidade das demonstrações contábeis nas 10 cidades pesquisadas, com base nos dados coletados entre 2021 e 2023. Ao analisar os índices apresentados, é possível identificar alguns pontos relevantes.

Em primeiro lugar, observa-se uma relativa homogeneidade nos índices de conformidade das Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Os índices apresentados na tabela são expressos em forma decimal, variando de 0 a 1. Um índice de 0 representa 0% de conformidade, indicando que nenhum dos padrões exigidos foi cumprido. Já um índice de 1 representa 100% de conformidade com a NBC TSP 11.

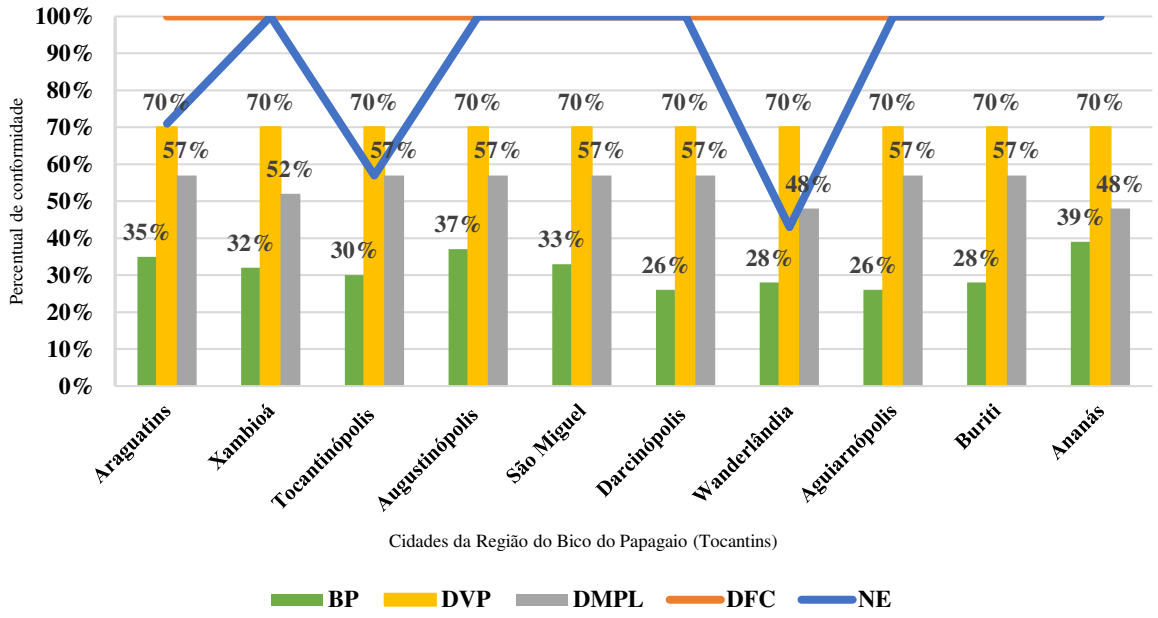
A maioria das cidades apresentou índice 1 nesses dois indicadores, sugerindo um alto grau de cumprimento dos padrões estabelecidos pela NBC TSP 11. Isso indica que as cidades estão, em geral, conseguindo registrar de forma adequada as variações patrimoniais e os fluxos de caixa, o que é fundamental para a transparência e a confiabilidade das informações contábeis.

No entanto, os índices de conformidade do Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE) apresentam uma variabilidade maior entre as cidades. Embora a maioria tenha apresentado índices acima de 0,5, alguns municípios obtiveram resultados mais discrepantes. Essa disparidade pode ser explicada por diversos fatores, como a complexidade da gestão contábil de cada prefeitura, a qualificação dos profissionais envolvidos e a disponibilidade de recursos para investir em sistemas e processos contábeis mais eficientes.

É importante destacar que a conformidade com a NBC TSP 11 é um requisito fundamental para a gestão pública transparente e eficiente. As demonstrações contábeis são instrumentos essenciais para que a sociedade possa acompanhar a aplicação dos recursos públicos, avaliar a gestão fiscal e identificar possíveis desvios. Nesse sentido, os resultados apresentados na tabela indicam que há espaço para melhoria na qualidade da informação contábil em algumas das cidades analisadas.

A busca pela conformidade com as normas contábeis é fundamental para garantir a transparência e a eficiência da gestão pública e, consequentemente, para o bem-estar da população. Nesse sentido, o estudo de Medeiros e Xavier Junior (2019) destaca que a principal dificuldade é encontrar as informações necessárias nos portais da transparência, além da falta de divulgação de todos os demonstrativos contábeis obrigatórios, assim impossibilitando uma análise mais abrangente da atuação pública.

Gráfico 1 – Índice de conformidade das demonstrações contábeis – NBC TSP 11



Fonte: Dados da Pesquisa (2021, 2022 e 2023).

Por fim, é fundamental que os gestores públicos das cidades do Bico do Papagaio invistam em ações para fortalecer a gestão contábil e aumentar o nível de conformidade com as normas contábeis. A capacitação dos profissionais, a implementação de sistemas contábeis mais modernos e a realização de auditorias independentes são algumas das medidas que podem contribuir para esse objetivo. Além disso, é importante que haja um acompanhamento contínuo dos indicadores de conformidade, de forma a identificar os pontos críticos e implementar as ações corretivas necessárias.

A análise dos dados apresentados revelou que, embora haja um ótimo nível de conformidade em algumas demonstrações contábeis como as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE), com índices de conformidade acima de 70%, ainda há espaço para melhoria na qualidade da informação contábil em algumas das cidades do Bico do Papagaio, principalmente no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido (DMPL), com índices de conformidade abaixo de 50%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho visa apresentar o nível de conformidade das demonstrações contábeis dos municípios da micro região do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins. Com essa finalidade, foi realizado uma análise baseada em estudos bibliográficos envolvendo as principais pesquisas sobre a temática como também análise documental por meio da coleta das demonstrações contábeis da amostra estudada referente aos anos 2021 a 2023, sob uma abordagem com uso de método qualitativo e quantitativo.

As demonstrações contábeis do setor público são as principais peças utilizadas na prestação de contas, a plenitude de sua divulgação permite que a sociedade exerça o controle social sobre a atuação governamental, como da aplicação de recursos e políticas públicas. No entanto, a análise documentou apresentou evidências da falta de conformidade contábil das demonstrações aplicadas ao setor público em relação às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em relação ao problema de pesquisa, houve resposta satisfatória, pois foi possível mensurar o nível de conformidade das demonstrações contábeis da amostra investigada em relação aos critérios de divulgação da legislação vigente. Os resultados demonstram a falta de conformidade principalmente dentro do balanço patrimonial onde foi divulgado através do índice de conformidade que nenhuma das dez cidades selecionadas apresentaram conformidade em seu balanço patrimonial superior a 40%.

A maioria dos municípios apresentou índice 1 nesses dois indicadores, sugerindo um alto grau de cumprimento dos padrões estabelecidos pela NBC TSP 11. Isso indica que as cidades estão, em geral, conseguindo registrar de forma adequada as variações patrimoniais e os fluxos de caixa, o que é essencial para a transparência e a confiabilidade das informações contábeis.

Contudo, os índices de conformidade do Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE) mostram uma variabilidade maior entre os municípios. Embora a maioria tenha apresentado índices superiores a 0,5, alguns municípios obtiveram resultados mais discrepantes. Essa disparidade pode ser explicada por diversos fatores, como a complexidade da gestão contábil de cada prefeitura, a qualificação dos profissionais envolvidos e a disponibilidade de recursos para investir em sistemas e processos contábeis mais eficientes

As hipóteses da pesquisa confirmaram-se com o resultado de que a única demonstração que foi apresentada de acordo com os padrões e que pela análise dos dados atingiu 100% foi a demonstração dos Fluxos de Caixa, que em comparação a NBC TSP 11, foi identificado todos os requisitos do critério contábil do item 126 em todas as prefeituras pesquisadas. Consequentemente, outras demonstrações não foram apresentadas de acordo com o que manda a Norma Brasileira De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público e assim tiveram seus indicadores mais baixos.

Adotar normas contábeis mais estritas pode auxiliar a assegurar a uniformidade e a comparabilidade das demonstrações contábeis ao longo de diferentes períodos. Isso não apenas facilita a análise das informações contábeis por parte dos usuários externos, mas também promove a transparência e a confiança nos relatórios financeiros. Além disso, a implementação de tais normas contribui para a identificação precoce de possíveis irregularidades, ajudando a prevenir fraudes e aumentando a integridade das informações reportadas.

Em síntese, o trabalho sobre conformidade das demonstrações contábeis municipais no extremo norte do Tocantins não apenas visa diagnosticar problemas, mas também propõe soluções e promove um debate essencial sobre como melhorar a transparência e a gestão dos recursos públicos nessa região específica, impactando positivamente a governança e o desenvolvimento local.

Sugere-se a futuras pesquisas uma análise metodologia com maior robustez de técnicas, alcançando não apenas uma análise documental composta pelas demonstrações contábeis, mas também uma investigação sobre os profissionais que a geram, com intuito de verificar possíveis causas, tais como: Falta de qualificação profissional, resistência a adaptação das normas, critérios culturais ou pressões políticas e fiscal para atender unicamente obrigações assessórias.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro.** 2007. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.12.2007.tde-14032008-120509. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_cb07ced6de0fa897ae6f89e8b02ed318. Acesso em: 17 jun. 2024.

ANTUNES, Derli. **Entendendo as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.** 2014. Disponível em: https://www.cienciascontabeis.com.br/entendendo-demonstracoes-contabeis-aplicadas-setor-publico-dcasp/ . Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL – IPC (STN) SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Instruções e Procedimentos Contábeis IPC 07 –** Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8732. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Demonstrações Contábeis.** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL - MCASP (STN) - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 10ª Edição.** 2023. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Código Civil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm#anexo. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL - TESOURO NACIONAL – SECOFEM. 2020. **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.** Disponível em: https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/33686_1104895/anexos/8995_1073993/DCASP.pdf?v=560 . Acesso em 13 fev. 2024.

CABELLO, O. G.; BILANCIERI, M. V.; DE AZEVEDO, R. R. Conformidade inicial das normas de contabilidade aplicadas ao setor público no brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 5–17, 2020. DOI: 10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t01. Disponível em: https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/841. Acesso em: 20 jun. 2024.

CÂMARA, Rodrigo dos Santos Arruda et al. **Análise comparativa dos portais eletrônicos de Esperança/PB e Areia/PB**, **sob o viés da transparência pública (janeiro a outubro de 2023).** 2023. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/35103. Acesso em: 15 jun. 2024.

CASTRO, Mariana Camilla Coelho Silva. **Convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público aos padrões internacionais:** análise da

evidenciação pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ADMMCG/1/disserta__o_mariana___final_com_folha_de__aprova__o.pdf. Acesso em: 17.fev. 2024.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.103/2007.** Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2007/001103. Acesso em: 18 fev. 2024.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL** – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. 2016. Disponível em: https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/. Acesso em: 15 mar. 2024.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.** 2018. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP11&arquivo=NBCTSP11.doc&_gl=1*1jnsr1b*_ga*NzQxNDI3NzYzLjE3MzE2OTIwNTk.*_ga_38VHCFH9HD*MTczMjE1NTQxMy42LjAuMTczMjE1NTQxMy4wLjAuMA.. Acesso em: 12 set. 2022.

FERREIRA, Celma Duque et al. Accountability da gestão pública municipal na região sudeste e a adequação à lei complementar 131/2009. In: **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2014. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/497.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOLLO, Vanderlei; SCHULZ, Sheila Jeane; ROSA, Fabrícia Silva. **Evidenciação contábil em entidades brasileiras de terceiro Setor:** adequação às normas brasileiras de contabilidade. Contexto, v. 14, n. 27, p. 104-116, 2014. https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/beacc028-cbc1-4df6-87a5-d4e19d98d198/content. Acesso em: 12 maio 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio. Acesso em: 05 out. 2024.

LOPES, A. B., & MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade:** uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOZADA, Gisele; NUNES; Karina da Silva. **Metodologia científica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/. Acesso em: 18 jun. 2024.

MACHADO, Maria Fernanda Murça; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Matriz de Saldos Contábeis (MSC):** Estudo do Processo de Implantação das Novas Informações para Prestação de Contas no Setor Público. 2023. Disponível em:

https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2424.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

MARTINS, Josineide Lins da Silva. **Análise de Conteúdo das Informações Publicizadas na Saúde Pública:** Prestação de Contas (Accountability), Transparência e Fiscalização. RAGC, v. 14, 2024. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/3137/2077. Acesso em: 12 fev. 2024.

MEDEIROS, Anny Karine de; CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SILVA, Fernanda Cristina da. **Estudos sobre accountability no Brasil:** meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. Revista de Administração Pública, v. 47, p. 745-775, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/kPqPQT38HLbdHB9CzmKkdLC/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

MEDEIROS, Wilgner Souza de. XAVIER JUNIOR, Antônio Erivando. **Demonstrações contábeis das entidades do setor público:** um estudo da adequação as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público nas prefeituras das capitais brasileiras. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/d43237d0-1495-43fb-9502-92c37ac6b658. Acesso em: 15 mar. 2024.

MENESES, Anelise Florencio de. **Evidenciação das demonstrações contábeis:** estudo sob a óptica do processo de convergência das normas de contabilidade aplicadas ao setor público. 2011. Disponível em: https://www.anpcont.org.br/pdf/2012/CUE068.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Normas aplicáveis a Contabilidade-Publica.** Disponível em: https://www.mpu.mp.br/legislacao/contabilidade/normas-aplicaveis-a-contabilidade-publica

MURCIA, Fernando Dal-ri. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil.** 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Acesso em: 17 jun. 2024.

QUINTAL, Renato Santiago; CUNHA, Ricardo Bernardes Da; ALVES, Francisco José Dos Santos; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira Dos. **A atuação dos tribunais de contas estaduais brasileiros na correção das demonstrações contábeis dos processos de prestação de contas dos governadores.** Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3946/2850 Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012. Acesso em: 15 mar. 2024.

RODRIGUES, Joelma Suzana Lima; SILVA, José Alessandro Oliveira da; MACIEL, Maria de Nazareth Oliveira. **Conformidade municipal da demonstração dos fluxos de caixa frente ao manual de contabilidade aplicada ao setor público**. Disponível em: https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa/article/download/29/27. Acesso em: 12 maio 2024.

SILVA, Maurício Corrêa da. **Balanço Orçamentário:** o demonstrativo do gestor público e da sociedade. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal volume nº 81,

junho de 2018 – ISSN 2237-8006, p. 828-853. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325699993_Balanco_Orcamentario_o_demonstrativo_do_gestor_publico_e_da_sociedade_Budget_Balance_Sheet_the_statement_of_the_public_administrator_and_of_society. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOUZA, Dny Sandra da Silva. **Transparência pública:** análise dos instrumentos de transparência e controle social no município de Cacoal-RO. 2018. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/294854459.pdf . Acesso em: 17 mar. 2024.

SOUZA, Gustavo Felipe Ripper Chalréo Tupinambá de. **Transparência fiscal e disclosure contábil nos governos estaduais brasileiros.** 2022. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2022. Acesso em: 2024-06-17.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade.** Brasília: Enap, 2019. 240 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governan%C3%A7a%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.